

Discurso de posse do ministro Jorge Messias (AGU)

O Brasil vive um novo ciclo de esperança com justiça social. Depois dos ataques aos direitos do povo e dos trabalhadores, graças ao Golpe de 2016, a democracia insiste, resiste e se fortalece. E a coroação desse processo de renascimento da esperança se dá com a eleição do presidente Lula, que volta ao poder, ungido com a maior votação da nossa história: 60,3 milhões de votos.

Outro sentimento também presente nesta data é a gratidão. Quero aqui expressar meu agradecimento ao povo brasileiro, que devolveu ao Brasil a chance de sonhar com um futuro de felicidade e de bem-estar social. Um Brasil democrático, plural, acolhedor, solidário e generoso com todos e com todas.

Quero agradecer ainda ao presidente Lula, por ser o portador da esperança. Na sua campanha, presidente, o senhor ofereceu amor em vez de ódio. Semeou esperança no lugar do medo. Assim, fez transbordar a mais pura e genuína vontade de viver e de ser feliz de novo. Ao presidente Lula, que sintetiza a luta pela democracia em nosso país, meu agradecimento.

Também quero lembrar aqui da mulher que simboliza também a luta pela democracia, e que jamais desistiu de seu compromisso com o povo brasileiro. Este momento histórico tem a grandeza e a ousadia daquela que esteve sempre na defesa da democracia. Presidenta Dilma Rousseff, meu agradecimento à senhora.

Também quero fazer um agradecimento especial ao senador Jaques Wagner, outro defensor da democracia, que esteve sempre na luta pelos direitos do povo brasileiro e com quem aprendi nesses últimos anos que a justiça social é compromisso de fé e militância que não podemos esquecer nunca.

Quero ainda registrar meus sinceros agradecimentos ao Ministro Aloízio Mercadante, uma personalidade destacada da nossa democracia que tem longa e brilhante trajetória na vida pública brasileira. Com quem dividi momentos decisivos na defesa da institucionalidade democrática e também da minha carreira pública. Muito obrigado meu amigo Aloízio!

Quero ainda agradecer à minha mulher, Karina Messias, que sempre esteve ao meu lado. Nos momentos mais difíceis, ela foi meu amparo e meu porto seguro. Ela representa a maior benção de Deus sobre minha vida, que é minha família. Aos meus filhos, Vitória e João, meus amores. Eu vejo a esperança brilhar nos olhos deles. É o

que me faz nunca perder de vista o futuro e o que aprofunda o sentimento da responsabilidade de contribuir para a construção de um país em que todas as crianças tenham o direito de usufruir do que eles usufruem. Aos meus pais, Edson e Edna, que me deram instrução, amor e me ensinaram o valor que trago comigo: a fé em Deus! Foi na bíblia que aprendi a lição que me inspira no meu caminhar profissional na luta contra a desigualdade. Foi em Matheus 25 35-40, que aprendi a verdadeira lição sobre solidariedade:

35- Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me;

36 - Estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e foste me ver.

37 – Então os justos lhe responderão, dizendo: Senhor, quando te vimos com fome, e te demos de comer? Ou com sede, e te demos de beber?

38 - E quando te vimos estrangeiro, e te hospedamos? ou nu, e te vestimos?

39 - E quando te vimos enfermo, ou na prisão, e fomos ver-te?

40 - E, respondendo o Rei, lhes dirá: Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes.

É um dia de muita emoção para mim, que acompanhei com muita apreensão a sucessão de eventos históricos que chacoalharam o Brasil nos últimos seis anos e nos deixaram à margem do abismo. Felizmente, nas últimas eleições, o povo brasileiro soube recolocar o Brasil no caminho da democracia e nos tirou do perigoso flerte com o fascismo. Poucas vezes em nossa história assistimos aos constantes ataques e ameaças aos pilares da nossa democracia.

O desrespeito aos direitos humanos, a perseguição política, a censura, os ataques constantes às instituições democráticas, o dismantelamento de políticas públicas, o negacionismo como método, a incitação ao ódio e ao preconceito, a criminalização da política e o assassinato de reputações pela máquina de *fake news* em massa causaram muitos danos à democracia. Poucas vezes na história, estivemos diante de desafios tão profundos quanto agora.

O ano de 2016 deu início a um processo de erosão do Estado Democrático de Direito. Os direitos do povo foram sabotados com vista à sua destruição completa. O acesso aos serviços e bens públicos, à justiça e à cidadania foi sistematicamente atacado.

Presenciamos a escalada autoritária e a propagação de retrocessos civilizatórios.

Tudo isso é expressão da criminalização da política, do estímulo ao ódio e à violência armada, do cerceamento da participação popular nas decisões governamentais, do aumento da fome e da miséria. Nos últimos quatro anos, nos deparamos com os mais altos índices de desemprego, da falta da oferta de serviços de educação e saúde, do aumento inescrupuloso da violência, sobretudo contra grupos sociais vulneráveis — as mulheres, os LGBTQIA+, os indígenas, os pretos e pretas e a população periférica. Assistimos ao aumento das desigualdades sociais e do descaso ambiental.

Vendo esse cenário de terror, lembro de Rousseau: “Uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha de se vender a alguém”. O importante é que lutamos e sobrevivemos. Estamos aqui, vivos. Sobrevivemos porque mantivemos os sonhos em nossos corações.

Ao assumir a Advocacia-Geral da União, espero dar uma contribuição decisiva para o resgate da democracia, com a retomada da harmonia entre os Poderes da República. Os ataques a autoridades, que presenciamos nos últimos anos, não serão mais tolerados. É inadmissível a banalização dos discursos de ódio e intolerância perturbando a paz e disseminando o ódio às instituições.

Repudiamos a apologia à violência e o autoritarismo. Não permitiremos que tais condutas sufoquem, intimidem ou abalem a atuação dos Poderes da União — Legislativo, Executivo e Judiciário. Nem que interfiram em sua independência e harmonia.

A realidade nos impõe reflexão e ação para enfrentar os desafios impostos à democracia. Boaventura de Sousa Santos ensina que esses desafios passam por diminuir as desigualdades sociais, ampliar a participação democrática dos cidadãos, e reconhecer a diversidade cultural, para lutar contra o racismo, o colonialismo, o sexismo e as discriminações em que eles se traduzem.

Em nossa gestão, a Advocacia-Geral da União terá papel central para enfrentar os desafios estruturantes impostos à democracia brasileira. A AGU, que no próximo mês completa 30 anos, foi criada pelo constituinte de 1988 sob a inspiração de restauração da ordem democrática e de fortalecimento das funções essenciais à realização da Justiça. Ela é um dos importantes pilares de concretização da democracia e de realização plena da cidadania.

A AGU desempenha suas competências com vistas à construção e à consolidação do Estado Democrático de Direito e do Estado Social de Direito previstos na Constituição Cidadã. Assim, deve assegurar a proteção jurídica da União e o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, todos valores supremos de uma sociedade livre, justa e solidária.

A AGU possui, hoje, aquela que talvez seja a maior banca de advocacia do planeta, que, atualmente, conduz quase 20 milhões de processos cadastrados no SAPIENS.

A Instituição hoje atua em todos os foros, regiões e instâncias judiciais, com um grande volume de representação judicial e com forte tendência de crescimento. Estudos indicam que, desde 2018, houve um salto de 21 para 31 milhões de tarefas judiciais de Advogados da União e Procuradores Federais. A partir da expansão de vagas de Desembargadores Federais e da criação do Tribunal Regional da 6ª Região (TRF-6), além da tendência histórica de aumento, a estimativa é de que o volume de trabalho cresça mais de 100% nos próximos cinco anos.

Se analisamos, por exemplo, o contencioso tributário de responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgão de minha origem, os números são também expressivos, abrangendo as esferas administrativa e judicial. Segundo dados divulgados pelo TCU, somando as Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento e o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), os valores em discussão ultrapassam R\$ 800 bilhões. No estoque da Dívida Ativa da União, são mais de R\$ 2 trilhões. Os desafios são grandes e estou seguro de que a nova gestão da AGU será capaz de atuar neste complexo contexto.

Numa sociedade marcada pelo risco, em que a realidade nos apresenta problemas cada vez mais complexos, é preciso ressignificar o papel e a atuação da AGU. Para isso, vamos dotar a AGU das melhores e mais inovadoras técnicas e tecnologias que a permitam acesso a todas as informações necessárias para que, na tomada de posição, aplique uma visão holística do Estado, das políticas e das implicações, positivas e negativas, de suas decisões e manifestações.

Em resposta ao aumento da demanda de atuação em massa, investiremos em soluções tecnológicas inovadoras, com uso de inteligência artificial, abordagem de gestão do conhecimento e reinvenção de instrumentos de gestão. Nesse contexto, desterritorialização e especialização são caminhos essenciais, assim

como o fortalecimento da negociação e das políticas de redução de litígios.

Além disso, é fundamental estabelecer uma atuação estratégica nos processos mais relevantes para a União e suas entidades, aqueles de elevado impacto econômico, político ou social. As equipes de atuação estratégica devem ter capacitação específica, com metodologias adequadas à alta complexidade das demandas com as quais lidam.

E isso se dará em todas as vertentes de atuação especializada da nova AGU.

Na primeira delas, a AGU exerce sua função de consultoria e assessoramento jurídicos, se manifestando acerca da legalidade de toda e qualquer política pública, desde os projetos de lei até a sanção ou veto da proposição legislativa. Nessa atividade, a AGU é peça-chave dos complexos processos envolvidos em todo o ciclo de políticas públicas, desde a formulação da política, perpassando por sua implementação, até chegar à avaliação da política e de seus resultados.

O mais marcante desafio dessa atividade é disseminar uma postura de responsabilidade compartilhada acerca do desenho da política pública e dos procedimentos de implementação, trazendo segurança e higidez jurídicas, de forma a ampliar e consolidar uma atuação pautada na parceria e na construção conjunta com o gestor público. Impõe-se estarmos atentos à missão do advogado, que trabalha lado a lado com o gestor, disposto a construir as melhores soluções jurídicas, com viabilidade técnica, em face das necessidades da sociedade e de suas escolhas políticas expressas pelo voto. Vamos devolver as canetas aos nossos gestores públicos!

No enfrentamento dos problemas que se apresentam à atuação consultiva, será necessária a perspectiva da consensualidade administrativa, com interface das diversas áreas da AGU, antecipando-se aos problemas e conflitos inerentes a uma sociedade democrática. Nesse sentido, a atividade consultiva precisará ser cada vez mais multidisciplinar e sinérgica, formando, utilizando e prestigiando profissionais de diferentes expertises, capazes de lançar olhares múltiplos sobre problemas crescentemente complexos, sempre atenta à aplicação e ao desenvolvimento de novas tecnologias jurídicas e ao uso de tecnologias inovadoras.

Quero anunciar a criação da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia, que vai contribuir com os esforços de democracia defensiva e promover pronta resposta a medidas de desinformação e atentados à eficácia das políticas públicas.

Essa procuradoria funcionará, ainda, como ponta de lança de uma atuação interinstitucional que promoverá a estratégia brasileira de defesa da democracia – com a fundação do Sistema Nacional de Proteção à Democracia – para proteção da ordem constitucional, da integridade da decisão pública e da legitimação dos Poderes e seus membros para exercício de suas funções.

A AGU será uma instituição-chave para o desenvolvimento da administração pública consensual, nova face da administração pública no século 21, integrando ações conjuntas que proporcionem a construção de credibilidade, previsibilidade e segurança jurídica necessárias para a adoção de soluções inovadoras pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil.

Afinal, como instituição permanente e representante judicial de todos os órgãos que compõem a União, a AGU possui vocação constitucional para a mediação e conciliação de interesses entre os diversos órgãos do Estado, contribuindo para o desenvolvimento de uma governança integrada entre os Poderes da República e os órgãos de controle interno e externo, promovendo a intermediação preventiva de conflitos e respeitadas as respectivas competências e atribuições, com vistas ao imprescindível alinhamento das instituições na geração de valor público e da Justiça.

O protagonismo e a transversalidade da AGU devem servir à criação de espaços públicos de cooperação institucional para a construção de uma governança integrada, promovendo a mediação de conflitos entre os diversos órgãos do Estado e gerindo os riscos jurídicos que possam impactar a efetividade das políticas públicas e do programa do governo eleito.

Pois bem, hoje, portanto, junto-me ao esforço de outros advogados-gerais na estruturação, consolidação e fortalecimento da advocacia pública federal. Coloco-me, pois, ao lado de nomes como dos Excelentíssimos Senhores Ministros Geraldo Magela da Cruz Quintão, Gilmar Ferreira Mendes e José Bonifácio Borges de Andrade, que foram responsáveis pela estruturação da Advocacia-Geral da União. No âmbito da defesa da União, foram responsáveis pela defesa de verdadeiros *hard cases* ou disputas polêmicas, como o racionamento de energia e a privatização dos bancos estaduais.

A partir de 2003, os Excelentíssimos Senhores Ministros Álvaro Augusto Costa, José Antônio Dias Toffoli, Luís Inácio Lucena Adams e José Eduardo Cardoso sucederam-se na chefia da AGU e foram os responsáveis pela consolidação do sistema de advocacia pública federal, com a remuneração mediante subsídio, a criação da Câmara de Conciliação e Arbitragem, chegando até a proposição de alteração

da Lei Complementar nº 73, de 1993. Na defesa das políticas públicas sucederam-se na defesa intransigente das políticas sociais promovidas, então, pelo governo, desde a política de cotas no acesso às universidades e no acesso ao serviço público, a política de valorização do salário-mínimo, políticas de renda mínima, entre outras.

Mais recentemente, a Excelentíssima Senhora Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça foi a primeira mulher a comandar a advocacia pública federal. Uma das marcas de sua gestão foi simplesmente o maior acordo já firmado no Brasil, o chamado acordo dos planos econômicos, ao lado do Banco Central, da Febraban, do Idec e da Febrapo. As últimas informações prestadas pela AGU ao Supremo Tribunal Federal noticiam mais de 240 mil acordos firmados apenas sobre esse tema, mostrando a capacidade da AGU em construir mecanismos extrajudiciais de resoluções de conflitos, cooperando com a redução da litigiosidade.

Nos últimos anos, os Excelentíssimos Senhores Ministros André Mendonça, José Levi Mello do Amaral Júnior e Bruno Bianco Leal sucederam-se no cargo de Advogado-Geral da União. Os desafios à institucionalidade do sistema de advocacia pública federal não poderiam ser menores. A forte hostilidade presente no campo político fez com que questões ordinariamente resolvidas no campo político fossem inseridas na arena jurídica. Foram, ainda, desafiados a conduzir a advocacia pública federal durante os períodos mais agudos da pandemia de Covid-19, viabilizando modelos de teletrabalho e desterritorialização da força de trabalho. Tudo em ordem a preservar o principal recurso da Administração Pública, seus recursos humanos, seus servidores.

Em certo sentido, daremos continuidade ao trabalho desses antecessores. Isso não importa, contudo, em simples igualdade no modelo de gestão. Viver é seguir a constante da mudança. A vontade soberana expressa pelos votos dos mais de 60 milhões de brasileiros e brasileiras nas urnas reclama por essa mudança. E a Advocacia-Geral da União estará atenta para, na condição de instrumento de realização da justiça, funcionar não como um órgão de controle interno da Administração Pública, mas como um órgão de sustentação e indução das mudanças de políticas públicas gestadas pelo Governo do presidente Lula que agora assume com o compromisso de mudar. E mudar, mais uma vez, para melhor. A administração pública do mundo dará espaço à administração pública colaborativa.

A diretriz de nossa atuação à frente da AGU está ancorada em três pilares: credibilidade, previsibilidade e estabilidade. Os cidadãos poderão se fiar de que será exercida a tarefa de consultoria jurídica prévia e controle da legalidade dos atos da Administração Pública, gerando segurança jurídica e, por isso, credibilidade. A força dessa credibilidade estará na certeza de conformidade dos atos dos gestores públicos do governo federal.

Nossa missão será indicar o caminho da conformidade ao Direito. A garantia dessa conformidade retorna em credibilidade e estabilidade. Os atos gozam de presunção de validade não por uma mera presunção legal, mas já pela confiança dos demais Poderes, e dos próprios cidadãos, na sua conformidade. O advogado público, assim, deve compor os esforços dos gestores em realizar os desígnios da nossa Constituição Federal, tal como fixados logo em seus primeiros artigos, de uma sociedade mais justa, com preservação da divergência, maior participação social, com desenvolvimento nacional sustentável e redução das desigualdades. Alimentam, desse modo, expectativas legítimas positivas em relação aos atos da Administração e garantem previsibilidade.

Assim, a sociedade e os agentes econômicos podem esperar da AGU atuação alinhada aos preceitos da ordem constitucional econômica, em busca da necessária confiança no que está legislado e no que está e vier a ser pactuado, seja no campo político, seja no campo negocial.

A orientação de nossa gestão será sempre pelo respeito à capacidade institucional de cada Poder da República, ciente de que nem todos os problemas podem ser solucionados exclusivamente pela via jurídica, mas reclamam, antes, intervenção política. Daí a razão de termos ciência de que a arena política não é um ponto necessariamente de disputa ou desacordo, mas é antes um espaço nobre de solução consensual dos problemas enfrentados em sociedade. Aliás, é bom lembrar que a palavra política tem a mesma raiz da palavra polidez.

A AGU será, nesse sentido, fiadora e garantidora da segurança jurídica dos contratos, da liberdade econômica e dos investimentos privados, provenientes de capital nacional ou estrangeiro, sempre em prol do desenvolvimento econômico do Brasil, o que propiciará, ao fim e ao cabo, o desenvolvimento social do País e a redução das desigualdades que ainda impedem a existência digna a todas e todos.

Na relação com os demais Poderes, a AGU tem papel destacado junto ao judiciário. Não somente junto aos Tribunais Regionais e Tribunais Superiores, mas especialmente junto ao Supremo Tribunal

Federal. Por meio da Secretaria-Geral de Contencioso, a AGU possui uma atuação histórica de excelência.

Toda essa expertise deverá ser voltada à defesa do interesse público e da concretização das políticas públicas, tão relevantes para toda a sociedade brasileira. Isso porque é pela viabilização das políticas públicas que venham a ser judicializadas que se torna possível a verdadeira materialização da Constituição cidadã, do princípio republicano, da democracia, e sobretudo, de um país mais justo, mais inclusivo e mais sustentável.

Assim, a atuação da secretaria deverá primar pelo diálogo com as pastas ministeriais, de modo a levar a melhor defesa das políticas públicas junto ao STF. É preciso, também, estreitar laços com os demais órgãos representados judicialmente pela AGU. Lembremos que a AGU representa, judicialmente, órgãos de fora do Executivo, como o TCU, o CNJ, o CNMP, os Tribunais, além das Casas Legislativas.

O momento é especialmente de colaboração. Em muito boa hora a Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, instituiu, em dezembro do ano passado, o “Centro de Soluções Alternativas de Litígios”, que se voltará às “demandas estruturais e aos litígios complexos”. A AGU, em especial a Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT), é ator fundamental nesse cenário, diante de atribuição nas ações estruturais em curso perante o Supremo – e cito, exemplificativamente, ações relacionadas ao desmatamento ilegal na Amazônia; ao enfrentamento ao racismo institucional, às pessoas em situação de rua, dentre outras.

É fundamental que a atuação judicial desenvolvida esteja alinhada com as políticas sociais que serão desenvolvidas pela Administração Federal, agora, sob o novo enfoque: pelo social, pelo justo, pelo democrático. E os efeitos dessa virada certamente se refletirão em redução da litigiosidade e na obtenção de caminhos conjuntos para a solução pacífica e consensual das controvérsias que aportarem no STF.

Compete ainda à SGCT estreitar laços, dialogar, viabilizar as soluções conciliatórias juntos às áreas técnicas das mais diversas pastas Ministeriais, concretizando assim potenciais conciliações nos processos em curso perante o STF, em especial nas ações que envolvem conflito federativo.

Nesse contexto de viabilização de caminhos consensuais, mas sempre buscando a concretização das políticas públicas, a cooperação federativa e o equilíbrio fiscal, a AGU, em especial a SGCT junto ao STF, será sempre combativa na defesa do interesse público, em

especial nas causas que impliquem grave impacto fiscal e social, com atuação sempre respaldada por robusto embasamento jurídico e técnico.

Alinhada com as grandes questões evidenciadas pelo novo governo, a nova AGU instituiu novas áreas de atuação temática dedicada. A primeira delas é a Procuradoria Nacional da União de Defesa do Meio Ambiente e do Clima. Com a criação da nova Procuradoria, pretendem-se novas soluções jurídicas que harmonizem as diferentes políticas setoriais com a política ambiental, para viabilizar as transformações necessárias à efetividade da transição ecológica. A Procuradoria segue a clara diretriz do Presidente Lula, e está em consonância com os grandes desafios ambientais do Planeta. A criação de uma procuradoria específica, com atuação transversal, atende à necessidade de integrar protagonistas da agenda ambiental e fortalecer a atuação dos órgãos jurídicos dedicados a essa temática essencial para a sociedade brasileira.

A unidade terá três áreas principais de "monitoramento e facilitação": Biodiversidade, Agricultura de Baixa Emissão e Bioeconomia Energia e Transportes de Baixa Emissão de GEE Indústria e Cidades Sustentáveis.

Uma outra novidade é a Adjuntoria de Diversidade e Inclusão. Num governo de reconstrução e união, é preciso que haja iniciativas concretas no sentido de combater desigualdades e promover a equidade. Nesse cenário, essa Assessoria especial será uma instância ativa na condução de projetos efetivos para persecução desses valores. Essa área visa trazer, para o âmbito da AGU, uma mudança radical de cultura, promovendo ações e projetos que concretizem um novo cenário de acolhimento e respeito às diferenças dentro da instituição.

O alcance do âmbito de influência da AGU vai além das suas estruturas. Ele se estende até seu estreito relacionamento com as áreas jurídicas das empresas estatais e de órgãos do judiciários de todo o país. Isso favorece a construção de um círculo virtuoso de atuação, numa cultura de inclusão, aproveitando iniciativas que já existem isoladas dentro dos órgãos da própria AGU e de outros também. Ninguém duvida da força transformadora dos operadores do direito, que neste momento histórico serão importantíssimos para a reconstrução de um país e para a elaboração de políticas públicas que reflitam o novo momento do País.

Dada a capilaridade das projeções da AGU, o projeto quer levar ações de inclusão, qualificação e empoderamento das minorias para todos os Estados do Brasil, num trabalho conjunto com as demais

instâncias que compõem o sistema jurídico brasileiro: Judiciário, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Procuradorias dos Estados, Defensorias Públicas, e inclusive Legislativo e órgãos de controle, aprendendo com iniciativas já existentes no âmbito daquelas instituições.

Enfim, é um momento de grandes desafios, mas o tempo já chegou e nosso Brasil está em dívida e atraso com nossos irmãos “minorizados”, queremos que a AGU seja sujeito ativo na reversão do quadro de desigualdade e desrespeito que infelizmente vigora no país.

Um outro ponto essencial para a nova AGU é o fortalecimento e a ampliação da atuação da nova Escola Superior da Advocacia-Geral da União. Na nossa gestão, a Escola Superior deverá se tornar referência internacional em formação e qualificação na área jurídica. Por meio do estabelecimento de parcerias e cooperações com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais, pretendemos trazer e disseminar as melhores técnicas, as mais inovadoras tecnologias e as mais adequadas práticas. Vamos incentivar o ciclo de aperfeiçoamento continuado e impulsionar um projeto de publicações especializadas em áreas de relevância e impacto para Administração Pública e para a sociedade brasileira.

Como a maior banca de advocacia do Planeta, a AGU não poderia deixar se preocupar com a internacionalização de sua influência qualificada. Então, criamos também uma Assessoria de Assuntos Internacionais, que terá função de tornar a AGU uma instituição jurídica de referência mundial. Num mundo globalizado, que carece de novos espaços de governança global, haverá, naturalmente, aumento da demanda por apoio jurídico especializado, para uma participação qualificada nos fóruns de debate e de negociação internacionais.

Ademais, estima-se que AGU será chamada, cada vez mais, a atuar na defesa da União em demandas de natureza internacional, sobretudo em virtude dos retrocessos da política externa brasileira dos últimos anos em matérias de direitos humanos, impactados pela claudicante execução das políticas de combate à pandemia de Covid-19, e de meio ambiente.

Tudo isso faremos em um ambiente de absoluta transparência e destacado grau de controle, de modo a permitir *accountability*, com vistas aumentar a confiança da sociedade na instituição e a estabelecer mecanismos de resistência contra investidas autoritárias e anti-democráticas, para que nunca se afaste de sua missão

constitucional em defesa dos interesses dos que mais necessitam do Estado.

Por fim, é preciso destacar o enorme desafio posto à advocacia pública quanto à reconstrução da capacidade do Estado brasileiro de formular e implementar políticas públicas. Depois de anos de desvalorização do serviço público e de desmonte de áreas de grande relevância da atuação estatal, o assessoramento jurídico da AGU terá papel chave.

O Poder Executivo do nosso país já se mostrou capaz de produzir transformações profundas na realidade. No seu aniversário de 10 anos, em 2013, o Programa Bolsa-Família recebeu prêmio internacional pelo “desempenho extraordinário em seguridade social”. Os relatórios da ONU, à época, indicavam seu impacto significativo na redução da desigualdade social. Na área da habitação, até 2016, mais de 10 milhões de brasileiros já tinham sido beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Na saúde, o programa Farmácia Popular, criado no governo Lula, atende 21 milhões de brasileiros que precisam de medicamentos. No meio ambiente, os dados indicam que o controle do desmatamento ilegal depende diretamente de ações estatais robustas de fiscalização, essenciais no cenário emergencial de mudanças climáticas.

Relembro a força dessas políticas públicas porque aprendi com o sábio movimento negro um provérbio dos povos de língua Akan, da África Ocidental: “não é tabu voltar para trás e recuperar o que foi perdido.”

Quero, portanto, deixar muito claro: a Advocacia-Geral da União estará incansavelmente dedicada a recuperar o que foi perdido e garantir a democracia e a institucionalidade. O assessoramento na elaboração das políticas será marcado pela presença atenta e pela excelência. Cada nova Ministra e Ministro do novo governo eleito pode ter certeza que os colegas da AGU estarão atentos e comprometidos com o desenho jurídico dos melhores caminhos para reconstrução das políticas públicas desmanteladas nos últimos anos.

O Presidente Lula tem dito que não temos nenhum tempo a perder. Estaremos focados em dialogar com todas as equipes técnicas e garantir segurança jurídica para cada tomada de decisão das autoridades públicas, de modo que as políticas públicas ofereçam as melhores entregas para a sociedade.

As transformações efetivas de que precisa nosso país continental, com afirmação de direitos e fortalecimento da cultura democrática, dependem da reconstrução do Estado brasileiro. A AGU

estará comprometida com esse enorme desafio. E que Deus nos ajude!

Muito obrigado.